

## EDITORIAL

Onde começa o sentimento religioso e onde termina a vida social? Há realmente um começo e um fim? Para a contemporaneidade ocidental, teoricamente isso existiria. Um corte deveria separar o plano do sagrado da vida mundana, resultado de um processo crescente de laicização a partir do século XVIII no Ocidente. Se assim fosse, poderíamos compreender e tolerar a diversidade religiosa e a multiplicidade das práticas religiosas do mundo moderno, e até mesmo conseguiríamos nos definir como seres humanos por essa diversidade de crenças. Entretanto, não é isso o que verificamos quando analisamos algumas argumentações alegadas para justificar atos beligerantes ou a ingerência de preceitos religiosos em conteúdos escolares e pautas legislativas. Não estamos tão distantes dos antigos como pensávamos...

Somos desafiados a compreender a religião como parte do mundo, como mundana e cotidiana. Observando algumas das muitas práticas religiosas da Antiguidade, vemos como essa experiência de comunicação e de conexão imprime aos rituais um caráter de celebração; ao sacrifício, o aspecto do banquete; ao *sagrado*, uma espécie de comunhão com o divino, não em mim ou em deus, mas no mundo. O cosmos é sagrado; a natureza é sagrada; sagrado é o mistério e o *mythos* que o desdobra. A religião tende a ser este domínio em que o sagrado se abre para a vida cotidiana, oferecendo os caminhos do retorno àquele espaço em que deuses e homens banquetejam e festejam a origem e o fim de tudo. Por isso, é que costumamos dizer: não se pode separar, no mundo antigo, um domínio do religioso da vida de cada dia. Tudo está intrinsecamente emaranhado de tal forma que não pode haver um âmbito, uma prática ou um discurso em que não se pressinta a presença dos deuses, pois eles moram na cidade. Daí, o termo *homo religiosus* para caracterizar o sentimento de sacralidade presente de forma muito visível na Antiguidade. O sagrado era identificado com a fonte de significância, significado, poder e ser, e suas manifestações consideradas como hierofanias, cratofanias ou ontofanias, respectivamente aparências do sagrado, do poder ou do ser. Nesse contexto religioso, situam-se cinco artigos publicados neste número da revista **Phoïnix**.

Ciro Flamarion Cardoso apresenta um estudo comparativo entre dois rituais religiosos de temporalidade e espacialidade distintas: um egípcio do século XIII a.C. e o outro ateniense do século VI a.C. Condizente com a atual tendência em Antropologia e História das Religiões, o autor analisa, através dos ritos religiosos, como cada uma dessas sociedades construiu e transmitiu representações sobre a ordem das coisas. Esta abordagem também se encontra presente no artigo de Gilvan Ventura da Silva, que ressalta a preocupação cristã com os lugares onde se realizavam os ritos religiosos, manifesta no esforço de sacralização e dessacralização de lugares (edifícios) como expresso nas homilias de João Crisóstomo. Por um viés distinto, trilham os artigos de Teresa Virgínia Ribeiro Barbosa, Maria Cecília Colombani e Luciane Munhoz de Omena. É a palavra sobre o sagrado o cerne dos três artigos: no primeiro, analisa-se a alegoria *logos* – palavra divina – pedagogo desenvolvida por Clemente de Alexandria; no seguinte, considerando-se o mito como um *logos* explicativo, objetiva-se compreender o conceito de temporalidade no interior da lógica dos mitos helênicos, e, no último, buscam-se compreender, na obra **Metamorfoses** de Apuleio, as representações sociais de poder a partir do riso sagrado, considerado como ato performático e simbólico, que pretende, através do vínculo com a divindade, a ordenação e o equilíbrio social.

A guerra e suas representações são o eixo dos artigos de José Geraldo Costa Grillo e de Nuno Simões Rodrigues. Porém, eles optaram por trabalhar documentações diferenciadas para tratar do tema. Grillo seleciona a morte de Sarpédon e faz dialogar a tradição literária deste episódio (HOMERO. *Iliada* XVI. 665-675) com sua representação em vasos cerâmicos. Para tanto, as imagens são analisadas a partir da descrição formal e da análise iconográfica. Tradicionalmente, os historiadores privilegiavam a documentação escrita e utilizavam as imagens para extrair alguma informação pitoresca sobre a vida privada e a arte, visando complementar ou ilustrar os textos escritos. Com a ampliação do conceito de documentação, os historiadores passaram a tratar as imagens como fontes históricas. Atentaram para o modo de produção de sentido da imagem através da sua interpretação, demandando, assim, métodos para sua operacionalização. Um deles foi o enfoque histórico-artístico, como o utilizado por Grillo, porém numa perspectiva que se afasta de uma História da Arte tradicional, preocupada excessivamente com a forma da arte visual e não com o seu sentido. Por sua vez, o artigo de Rodrigues envereda pelas tragédias euripidianas visando estabelecer a relação entre a vivência sociopolítica do poeta com a forma como ele concebeu a sua arte narrativa e enquadrando algumas das

suas tragédias. Aponta como a guerra foi um dos recursos poéticos empregado por Eurípides para dar forma à ambição desmedida. Entretanto, alerta para não desconsiderar que o drama grego tinha um forte caráter de intervenção social e o próprio Eurípides conhecia a experiência bélica, o que lhe permitiu criar ambientes ficcionais visando evitar os impactos nocivos da guerra.

O artigo de Ana Teresa Marques Gonçalves se insere nos debates acerca da História Política. Desde a Antiguidade, a História Política teve um papel de destaque. No século XIX, almejava poder separar a História (dita como a verdade já que os fatos podiam ser comprovados) da ficção (os fatos que não podiam ser comprovados), através de uma meticolosa reconstituição dos fatos que, depois de verificados, eram ordenados cronologicamente num relato factual. Privilegiava-se, então, o Estado, as instituições em que ele se encarnava, os governantes e a conquista do poder, o que lhe conferia um caráter elitista. Porém, essa História Política passou a ser questionada pelo Materialismo Histórico desde fins do século XIX e pela Escola dos *Annales* a partir do início do XX. Percebe-se um afastamento da descrição e da narrativa, da ênfase no singular e individual e uma aproximação da análise e da explicação, das regularidades e da generalização. Na década de 1970, ocorre uma renovação da História Política. Algumas características ainda se apresentam, tais como: a cronologia dos acontecimentos políticos, a biografia dos grandes homens e a narrativa. Mas passam a ser analisados a partir de novos modelos teóricos, alguns deles oriundos da Ciência Política, que busca enfatizar a Cultura Política. Assim, por exemplo, ao investigar como ocorreu o processo para chegar ao poder, esta Nova História Política se instrumentaliza com um aparato teórico-metodológico que permita superar as limitações de uma História Política que ficou para trás. Para tanto, acompanha suas estratégias para interagir (circulação, negociação, apropriação, alianças...) dentro de uma sociedade desigual e hierarquizada, e atenta para a Cultura Política vigente. Justamente nessa ótica é que se desenvolve o artigo de Ana Teresa Marques Gonçalves, ao analisar o governo do imperador Cômodo a partir das obras de Herodiano e Dion Cássio, destacando as práticas políticas e as relações com os diferentes segmentos sociopolíticos que configuravam o Império Romano. Assim, a renovação da História Política permite que uma nova gama de questionamentos seja lançada em temas que até então pareciam esgotados.

*Os Editores*